



Poder Legislativo
 Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
 Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 147/2025

PROPONENTE: DEPUTADO MÁRIO CÉSAR FILHO

RELATORA: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO

INSTITUI o “Selo Juventude Cidadã Ativa”.

1. RELATÓRIO

O Deputado Mário César Filho, no uso de suas atribuições legislativas, apresentou o Projeto de Lei nº. 147/2025, que “INSTITUI o “Selo Juventude Cidadã Ativa”.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 20, 24 e 25 de fevereiro de 2025, não tendo recebido substitutivo ou emendas.

Tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR. Posteriormente foi encaminhado à Comissão Assuntos Econômicos, no âmbito em que, passo a emitir o parecer, na qualidade de relatora designada.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE a estrita análise conforme disposto no artigo 27, inciso II¹, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O Projeto em questão tem por objetivo criar o “Selo Juventude Cidadã Ativa” com finalidade de reconhecer e incentivar projetos esportivos e paradesportivos que promovam a inclusão social e a redução da criminalidade em comunidades de alto risco.

¹ “**Art. 27.** As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

II - Comissão de Assuntos Econômicos – CAE:

- a) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa;
- b) análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- c) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;
- d) acompanhamento trimestral da execução orçamentária, analisando o perfil dos dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada área da gestão pública;
- e) contas do Governador do Estado, dos Poderes e órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta e de todos aqueles que gerenciam bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude;
- f) defesa dos direitos do contribuinte.”





Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Conforme a justificativa do autor, A certificação valoriza a atuação de pessoas físicas e jurídicas que apoiam ou patrocinam atletas e entidades voltadas para o desenvolvimento do esporte, estimulando a participação da iniciativa privada e de organizações sociais em ações que impactem positivamente a juventude amazonense.

No que diz respeito à análise de adequação às Leis Orçamentárias Estaduais o projeto não possui impacto financeiro ao Governo do Estado, tampouco onera o serviço público já existente.

Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento.

3. VOTO

Diante do exposto, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 147/2025, com o substitutivo apresentado pela autora, conclamando aos Nobres Pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de maio de 2025.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
ALESSANDRA CAMPÊLO
DEPUTADA ESTADUAL – PODEMOS
RELATORA

T.A





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 09/05/2025 08:24:25

